



**DISCUTINDO A CONSTRUÇÃO DE REDES DE APOIO SOCIAL A
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL**

Autora: Jéssica Lopes Gentil Campos

Orientadora: Valéria Cristina Gomes de Castro

Rio de Janeiro

2016

"Ei menina, você com esse olhar molhado, com essa tristeza que te curva os ombros assim, há tempo, que você já nem considera que alguém roubou seus sonhos e a fé na vida... Ei, menina, posso imaginar a sua dor! Mas saiba, que em algumas situações, não somos nós, os responsáveis pela bestialidade alheia, que em muitas situações, não temos a possibilidade de nos defender... Que muitas vezes, somos vulneráveis, e nessas situações não resistir, não lutar, não é covardia, é uma forma de sobreviver... Ei, menina, saiba também, que, muito embora consigamos preservar nosso corpo sem maiores danos, quando vitimadas pela estupidez alheia, nosso espírito permanece ferido, doente assolado pela culpa, infundada, de não ter lutado, quando lutar, resistir não estava entre as nossas possibilidades... Ei menina, saiba que você é forte, digna, batalhadora, que merece ser amada e deve exigir que respeitem sua estória...Você não é qualquer uma, você é uma sobrevivente, e muito mais que qualquer um, merece sorrir, amar, ser amada, respeitada, ou simplesmente, estender seus lençóis para sonhar..."

Elaine Lopes, em 1º de abril de 2016, dedicado à todas as mulheres vítimas de violência.

Agradecimentos

É difícil agradecer todas as pessoas que de algum modo, nos momentos serenos e ou apreensivos, fizeram ou fazem parte da minha vida, por isso primeiramente agradeço a todos de coração.

Agradeço aos meus pais, pela determinação e luta na minha formação e dos meus irmãos, fazendo amparar os ensinamentos de meus familiares.

Agradeço a minha irmã que por mais difícil que fossem as circunstâncias, ela sempre teve paciência e confiança em mim.

Agradeço aos meus tios e primos pela convivência e amparo do dia-a-dia.

Agradeço à minha tia, que todos os dias me conferia carinho e agrado.

Agradeço aos meus padrinhos, ao incentivo, apoio e estímulo para enfrentar as barreiras da vida.

Agradeço ao meu namorado Everton Campos , pela pessoa doce e amável, que mesmo à distância, nos finais de semana, seja por e-mail ou *chat*, incluía em suas mensagens palavras de incentivo e carinho a mim e toda minha família.

Agradeço a minha querida explicadora Soraya Rosane por tudo que ela fez por mim inclusive não me deixar sair da escola quando tudo parecia impossível, ela estava ali pronta para me amparar e me aclamar, impedindo que eu fizesse essa burrada e hoje estou aqui graça a ela! obrigado por ter sido e continuar sendo essa pessoa maravilhosa que é . A ela só me resta agradecer, pois nem as palavras são suficientes para demonstra o quanto eu sou grata a ela, Muito obrigado Soraya Rosane!

Agradeço aos meus amigos, Matheus Rodrigues, Ana Carolina, Rayssa Campos , Rayssa Marinho , Tainá Lobo e Isabel Espindola por sempre ter me dado apoio e

incentivo em todos os momentos durante esses quatro anos de politécnica.

Não poderia deixar de agradecer pelo companheirismo, dignidade, carinho, autenticidade e amizade, a minha querida orientadora Valeria Castro que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos desta monografia, quando eu falava que não ia conseguir ela sempre me dava força para continuar e seguir em frente não só na monografia, mas em tudo.

Agradeço aos coordenadores do Curso da Habilitação Técnica do Curso de Gerência em Saúde e do Ensino Médio da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio por terem acreditado num sonho que agora é de todos, por ter me mostrado o caminho das obras científicas com dedicação.

Agradeço a todos os funcionários da EPSJV por estarem sempre ajudando não só a mim, mas a todos.

Agradeço aos supervisores de estágios e funcionários, pois souberam me conduzir nos estágios amplamente.

Agradeço a EPSJV por ter me dado todo o amparo durante os quatro anos de curso, e pela maravilhosa instituição que é, formando sempre cidadãos crítico e capazes de pensarem sozinho sem serem manipulado pelos outros.

E finalmente agradeço a Deus, por proporcionar estes agradecimentos a todos que tornaram minha vida mais afetuosa, além de ter me dado uma família maravilhosa e amigos sinceros. Deus, que a mim atribuiu alma e missões pelas quais já sabia que eu iria batalhar e vencer, agradecer é pouco. Por isso lutar, conquistar, vencer e até mesmo cair e perder, e o principal, viver é o meu modo de agradecer sempre. .



“Cicatrizes”

Bruna Karla

Deus conhece a minha história
Sabe tudo que eu passei
Sabe a marca que ficou em mim
Dor que não passava. Achei que nunca ia esquecer
Aquela marca que ficou em mim
A fé diminuía dor só aumentava

Eu não falava mais
Minha alma só gritava
E não havia nada que me dessa paz
Foi quando meu Jesus
Tocou em minha vida
E colocou remédio na minha ferida
Que doía tanto, agora não dói mais.

Uma nova história começou em mim
Daquela dor só me restou à cicatriz
Jesus foi o remédio que me fez viver
Tudo que eu perdi o Senhor devolveu
E me fez esquecer tudo que aconteceu
E hoje eu tenho mais de mil motivos
Pra adorar a Deus

RESUMO

Este projeto tem como objetivo discutir a construção de rede de apoio social a crianças e adolescentes em situação de violência sexual, discutindo as possíveis consequências emocionais e sociais a que estão expostas. Discutiremos alguns aspectos dessa violência, buscando compreender os motivos pelas quais muito desses jovens preferem não denunciar a ocorrência, permanecendo calados por um longo período, principalmente por medo, já que a maior parte dos agressores utiliza como artifício a violência psicológica para silenciar suas vítimas. Discutiremos também as escolas e serviços de saúde diante desse tipo de violência, e como essas instituições podem contribuir para que crianças e adolescentes que sofrem com o problema venham a participar em todos os ambientes comuns a sua faixa etária, sem dificuldades de convivência, constrangimentos ou discriminação.

Faz-se necessário um olhar diferenciado por parte de profissionais de saúde, educadores e da própria família, a fim de acolher e transmitir confiança, contribuindo assim para uma possível superação do problema. Para tanto, faremos uma revisão de alguns conceitos pertinentes ao tema e análise de alguns documentos destinados à finalidade de proteção a esta faixa etária como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Analisaremos também o filme “Preciosa” de *Lee Daniels*, que relata uma sequência de violências sofridas pela personagem, a fim de exemplificarmos a abordagem cultural sobre o assunto.

Palavras-chave: (Violência Sexual/Criança e Adolescente/Redes de Apoio Social)

Sumário

Introdução

Desenvolvimento do Estudo

1 – Violência Sexual: principais definições.....	6
1. 2- Contextualizando o Surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	9
2 - Estado e Atuação na Sociedade	12
2.1 Estado, Violência e Ideologia	14
3. Escola como Acolhimento e Sociabilidade	16
3.1 - Origens das Escolas	22
4- O Sistema Único de Saúde (SUS) e o Enfrentamento da Violência com Crianças e Adolescentes.....	26
4. 1 - Participação da Comunidade	28
5 . Análise do Filme “Preciosa”.....	30
Considerações Finais	35

INTRODUÇÃO

O presente projeto busca discutir a violência sexual sofrida por crianças e adolescentes, em especial, alguns aspectos relacionados às consequências psicológicas e sociais vivenciadas por elas, e as ações desenvolvidas na área de saúde e educação destinadas aqueles que vivenciam esse problema. Discutiremos inicialmente as principais características da violência sexual e os índices dessa ocorrência no Brasil nos últimos anos, buscando analisar e reforçar a importância de estudos que analisem essa problemática e a construção de alternativas nessa área, como a construção de redes de apoio social.

A violência se caracteriza por qualquer ação que venha ferir outras pessoas e/ou si próprio, com palavras, agressões e injustiças da sociedade. Sendo um fenômeno que engloba aspectos históricos, culturais, raciais, de faixas etária, gênero, escolaridade, socioeconômico e de relações de poder.

Nesta monografia optamos pelo conceito de violência da Organização Mundial de Saúde (OMS), que define violência como “O uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação”. (OMS,)

A Violência pode ser entendida em diferentes tipos: estrutural, sistemática, violência doméstica (violência física, violência psicológica, abuso sexual, negligência e o abandono) e violência policial. Discutiremos neste projeto uma das situações específicas relacionadas a violência doméstica – a violência sexual com criança e adolescente – podendo essa violência ser física ou não, mas sempre uma situação em que a violência psicológica estará sempre presente. Segundo documento do Ministério da Saúde, a violência sexual pode ser compreendida:

“É todo o ato no qual uma pessoa em relação de poder e por meio da força física ou intimidação psicológica obriga a outra a executar ato sexual contra a sua vontade. A violência sexual ocorre contra as crianças e adolescentes, as mulheres, as pessoas com deficiência ou idosos. É sempre considerado crime, seja praticada por desconhecido ou por familiares: pai, padrasto, avô, tio, companheiro, ou até mesmo marido”. (Brasil, 2009:11)

Essa violência é um fenômeno social que se expressa por meio da exploração e/ou abuso sexual. No Brasil esse tipo de violência só passou a ser

considerado um problema de saúde após a Constituição Federal de 1988, quando houve reivindicações na área de direitos humanos, ocorrendo diversos movimentos de defesa dos direitos e de proteção a grupos mais vulneráveis em meados da década de 1970 até o fim da década de 1980, houve a proclamação em 1988 da Constituição Federativa do Brasil, tendo foco na promoção e proteção dos direitos humanos.

Após a proclamação da Constituição a violência passa a ser um problema também de saúde pública, vista anteriormente como apenas um problema de segurança pública e de justiça, passa em 1990 a ser inserido com prioridade na agenda de Organização Mundial de Saúde após ser abordada como problema de saúde pública em duas conferências, a primeira e na Conferência de Atenção Primária em Saúde de Santa Fé em 1993, e a segunda na Conferência de Atenção Primária em Saúde de Jacarta em 1997.

Com esta constituição foram criadas importantes leis para o combate de todos os tipos de violência, inclusive violência sexual, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 13 de julho de 1990, garantido direitos e deveres de criança e adolescente que anteriormente eram renegadas pelo Estado Brasileiro.

A partir desse período foram criadas uma série de medidas preventivas, como o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), no ano de 1990, e cujo objetivo principal é garantir os direitos de pessoas nessa faixa etária. Outra medida importante foi à criação do disque 100 no ano de 2003, que consiste numa linha telefônica que possibilita as pessoas denunciarem casos de violência se mantendo anônimas, esse serviço funciona 24h (inclusive em feriados e fins de semana), atendendo 90% de sua demanda.

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”
(Constituição Federal de 1988, Artigo 227)

Segundo informações da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, em 2014 o disque 100 recebeu mais de 90 mil denúncias de violência contra criança e adolescente. Os dados do sistema, mostram que o abuso sexual é a segunda violência

mais cometida na faixa etária de zero a nove anos, já entre a faixa etária de quinze a dezenove anos está em 3º lugar. Sendo que 77% dos casos ocorreram na faixa etária de um a nove anos e 22% com crianças de menos de um ano. Em 64% dos casos a violência sexual ocorre em casa.

As redes de saúde, educação e assistência social estão inseridas nas políticas de proteção e garantia dos direitos sociais, sendo políticas estratégicas e privilegiadas que objetivam não só o enfrentamento desta situação, mas também a informação. O ECA (lei 8069), se destaca ao prever políticas públicas de atendimento a esta situação, situadas nos artigos 86 da lei federal nº8. 069 e no artigo 87¹.

Discutiremos aqui a violência sexual em criança e adolescente, tendo como foco principal os aspectos emocionais e sociais vividos por jovens e crianças e formas possíveis de acolhimento por parte das escolas e serviços de atenção básica em saúde, buscando compreender o problema por meio da produção científica e documentos oficiais sobre o tema, e também a análise do filme “Preciosa”, que relata a situação vivida por uma adolescente, a fim de contribuir para compreensão e sensibilização sobre este problema que afeta muitos jovens em nossa sociedade.

Analisaremos algumas razões que levam a vítima a não denunciar os agressores, e as possibilidades e necessidades de acompanhamento profissional quando a situação é percebida para que venham minimizar e superar as possíveis sequelas e traumas. A construção de possibilidades e alternativas de abordagens sobre o problema na área de saúde, nas escolas e na própria família são fundamentais, uma vez que o acolhimento é essencial do ponto de vista pessoal, na vida escolar e profissional. Além da construção de uma rede de apoio social que possibilite articular esforços e recursos para superação do problema.

Como objetivo geral, discutiremos alguns aspectos relacionados a construção de redes de apoio social a crianças e adolescentes em situação de violência sexual. E como objetivos específicos: (1) identificar algumas razões que levam a não denúncia dos agressores; (2) impactos sociais e emocionais em crianças e adolescentes vítimas desse tipo de violência; (3) a importância das escolas e serviços de atenção básica de saúde no cuidado a esses jovens e crianças.

Como procedimento metodológico, utilizamos a revisão da literatura por meio de pesquisa bibliográfica, visando sistematizar algumas informações iniciais sobre

¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

o tema, buscando analisar diferenças de concepção e aspectos ideológicos envolvidos nessas formulações.

A cultura predominante hoje mundialmente é a cultura do medo, da guerra trazida por nossos antepassados, cujo processo atual de socialização não favorece caminhos para uma cultura de paz, em que a ideia consiste em diminuir as taxas de violências com o objetivo de resoluções de problemas por outros meios que não sejam a violência, estabelecendo uns conjuntos de valores, tradições, atitudes comportamentos e estilos de vida na promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, que não necessitam da violência para a resolução de problemas, sendo o mesmo resolvido na base do diálogo e da cooperação, podendo ser uma estratégia política para a transformação das realidades social e diminuição de todo tipo de violência.

A concepção de Cultura da Paz, foi concebida em 2008 pela OMS (Organização Mundial da Saúde) vinculada a outras políticas como a Estratégia da Saúde da Família (ESF), entre outras, que contribuem para o mesmo objetivo, a não violência possibilitando uma vida digna com saúde e segurança a todos os habitantes. Incentiva e disponibiliza projetos e programas no intuito de alertar a população, mostrando a elas que existem outros meios de enfrentar o problema, pois violência gera violência.

A análise do material bibliográfico busca responder às seguintes indagações:

- Quais as principais dificuldades para que crianças e adolescentes vítimas de violência denunciem o problema?
- Como se organizam historicamente as escolas e instituições públicas de saúde que lidam com questões relacionadas a crianças e adolescentes que vivenciam situações de violência sexual?
- As escolas e unidades básicas de saúde podem realizar ações estratégicas para desenvolvimento de uma cultura de paz e diminuição dos problemas decorrentes desse tipo de violência?
- Os artigos e documentos que abordam o problema se restringem a denúncia ou discutem novas formas de sociabilidade e enfrentamento do problema?

Com o presente estudo esperamos possibilitar um maior esclarecimento sobre o assunto e a construção de um referencial analítico sobre o tema a partir do olhar da juventude, considerando os limites existentes quanto à realização de uma monografia no ensino médio. Iniciamos os estudos a partir de uma contextualização do problema da

violência sexual e as principais caracterizações existentes na literatura e a compreensão sobre a motivação e importância para desenvolvimento desse estudo. A seguir discutimos a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a contextualização dessa lei, seguindo com uma discussão sobre violência e ideologia e uma conceituação sobre instituição pública, a partir das escolas e serviços de atenção básica de saúde, entendendo que estes espaços são *locus* privilegiado de cuidado e atenção a crianças e adolescentes submetidas à violência sexual.

Na última parte deste estudo, discutiremos brevemente os principais documentos e textos encontrados, buscando compreender o enfoque dado a essa questão a partir do ECA. O estudo tem possibilidades e limites quanto ao tempo de sua realização e aprofundamento pertinente a formação em questão, mas esperamos contribuir para discussões sobre o enfrentamento do problema por parte dos serviços públicos e população em geral e para problematizarão do tema junto a alunos do ensino médio.

Desenvolvimento do Estudo

1 - Violência Sexual: principais definições:

Encontramos diferentes definições para violência sexual, adotamos nessa monografia a definição conforme discutido pelo Ministério da Saúde (MS), no documento que discute a Promoção da Saúde e Violência, em que o termo é definido como:

“Todo ato no qual uma pessoa em relação de poder e por meio da força física ou intimidação psicológica obriga a outra a executar o ato sexual contra a sua vontade. A violência sexual ocorre contra as crianças e adolescentes, as mulheres, as pessoas com deficiência ou idosos. É sempre considerado crime, seja praticado por desconhecidos ou por familiares: pai, padrasto, avô, tio, companheiro, ou até mesmo marido. A violência sexual pode ocorrer em uma variedade de situações...” (Brasil, 2009:11)

De acordo esse documento o abuso sexual se subdivide em quatro formas distintas, mas que estabelecem ligações entre si, consideradas todas prejudiciais ao desenvolvendo infantil e de jovens, podendo causar danos físicos e psicológicos (alguns irreversíveis) e sequelas pelo resto da vida.

O ECA define crianças como os indivíduos na faixa etária de zero até doze anos incompletos, adolescente aqueles entre doze anos á dezoito anos incompletos, e menor-adulto, dos dezoito aos vinte e um anos incompletos, e para estes, o Estatuto será aplicado excepcionalmente.

“ Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.” (ECA, 1990)

Nesse documento de 2009, são caracterizadas as principais violências sexuais, aqui resumidas nas principais ocorrências registradas com crianças e adolescentes:

- a) **Abuso sexual e Incesto:** atividades de cunho sexual envolvendo pais, irmãos ou outro parente próximo, os quais se encontram em uma relação desigual de poder. Costuma ser mantido em sigilo pela família devido à complexidade da situação e reprovação social.
- b) **Exploração Sexual:** É o uso de pessoas de qualquer idade ou sexo, com fins comerciais ou lucro, para manter relações sexuais, produzir materiais pornográficos (fotos, filmes, vídeos etc.).
- c) **Pornografia Infantil:** Apresentação, produção, venda fornecimento, divulgação e publicação, por qualquer meio de comunicação, inclusive a internet, de fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo crianças ou adolescentes.
- d) **Pedofilia:** É o ato de um adulto em manter atividades sexuais com uma menina ou menino, o que constitui um crime.

As questões que envolvem a ocorrência de abuso com crianças e adolescentes são variadas, muitos agressores se justificam dizendo que estão oferecendo oportunidades as crianças ou adolescentes de se desenvolverem no sexo, ou de se tornarem especiais. A violência sexual ocorre na maioria das vezes dentro da própria família, sendo que, quem comete a violência, é muitas das vezes o pai ou padrasto. Este fato torna a situação bastante complexa, pois a família se divide entre os que denunciam e o agressor, sendo que em algumas situações as vítimas ainda são culpabilizadas pela participação e provocação do abuso.

Após o reconhecimento do fato, a criança ou adolescente deve ser amparada, tanto pela família quanto por profissionais da área de saúde, devendo encaminhá-la para um tratamento, com o objetivo de minimizar os danos sofridos, que podem inclusive vir a se manifestar apenas futuramente, vindo a necessitar de tratamento psicológico ou físico, pois em muitos casos há relatos de agressões físicas. É importante ressaltar que não é só a vítima que necessita de tratamento, além dela o agressor também necessita na maioria das vezes de cuidados profissionais. No entanto, não se pode deixar de ressaltar a importância da denúncia e o aspecto criminal da ocorrência. As consequências do abuso em crianças e adolescentes pode ser de muita gravidade, pois pode tornar as

vítimas inseguras, culpadas, deprimidas, com problemas sexuais e problemas nos relacionamentos íntimos na vida adulta, isso para falar apenas de alguns problemas psicológicos

“O medo de denunciar episódios de violência contra crianças e adolescentes cometidos principalmente pelas pessoas que deveriam protegê-las. Ex.: os pais, os familiares, a polícia, os cuidadores e outras pessoas investidas de algum poder na comunidade”. (Brasil, 2009: 24)

A violência sexual pode ocorrer por meio do assédio à vítima, que consiste na aproximação sexual “não-benvinda”, ou seja, qualquer conduta física ou verbal de natureza sexual não autorizada por ambos. Existem dois tipos de situação, quando existe uma pressão sobre a vítima para que ela preste algum favor sexual ou quando esta se submete de forma hierarquizada ao molestador. A criança não consegue tomar medidas legais, sendo necessário contar com o apoio de um adulto que possa ajudá-la. O tratamento e a prevenção consistem em ajudá-la para consigam encaminhar denúncia.

A exploração sexual profissional ocorre por meio de um profissional que se envolve sexualmente (intimamente) com a pessoa que está prestando serviço, com o indivíduo que a procurou, como nos casos de abusos por parte de médicos e outros profissionais de saúde, por exemplo. É muito difícil a identificação das pessoas que sofreram esse tipo de exploração, pois há incapacidade em reconhecer e confiar novamente, impossibilitando a aliança terapêutica necessária para o tratamento.

A violência sexual pode ocorrer dentro da própria família (violência intrafamiliar ou violência doméstica), sendo caracterizada quando a prática de violência se dá dentro da família onde a criança e/ou adolescente está inserida, sendo mais comum em famílias onde há uma super-estimulação sexual, com atitudes danosas que podem levar ao “incesto”. Nestas famílias geralmente ocorre que a autoridade do pai é incontestável, e as crianças/adolescentes são tratadas como objeto sexual do poder masculino. Nesse tipo de violência o silêncio predomina, pois os agressores tendem a ameaçar suas vítimas por meio da violência psicológica ou física (sendo a mais frequente a pressão psicológica), necessitando que alguém da família ou próximo (médicos, professores, entre outros.), identifiquem e compreendam os sinais emitidos pela criança e adolescente, denunciando tais fatos. Porém, é “denunciando que se combate o problema”, o abuso é crime, punido por lei e a omissão mantém a

continuidade do abuso e a impunidade, portanto punido por lei. O silêncio, mesmo por parte de profissionais, devido à complexidade das situações, ainda é muito significativo.

Esse tipo de violência até algum tempo atrás era considerado um assunto proibido na sociedade. Recentemente, entretanto, esse sigilo vem sendo rompido por diversos motivos, inclusive pela ação dos movimentos feministas, pois a maioria das ocorrências são com mulheres. O “poder masculino”, onde o homem ainda é considerado como superior a mulher, é um fator determinante da violência sexual contra crianças e adolescentes já que suas vítimas são em maioria mulheres. Esse tipo de violência pode causar danos graves às vítimas, neste caso as crianças e adolescentes, além de todo o sofrimento durante o processo de violência, podendo essas consequências ser de curto ou longo prazo, podendo causar muitas modificações em todo o desenvolvimento infantil. Estas ações se baseiam em valores da sociedade marcada pela cultura machista e “adultocêntrica”, onde o adulto sabe tudo e pode tudo, principalmente os homens.

Além da do abuso interfamiliar, também tem o abuso sexual extrafamiliar, que ocorre fora do âmbito familiar e, na maioria das vezes, o abusador é também alguém que a criança conhece e em quem confia: vizinhos ou amigos da família, professores, médicos, psicólogos, padres, pastores, policiais, empregados da família ou do condomínio, etc.

Desta forma, ao nos depararmos com uma situação de violência é muito importante amparar a vítima com apoio, amizade e segurança, pois sua confiança pode estar abalada e sem esperança da resolução dessa situação, a fim de que venha ser interrompido o abuso. Assim, “fechar os olhos”, deixar de denunciar e fingir que essa violência sexual contra criança e adolescente só pode acontecer na família dos outros, é o mesmo que negar sua existência e perpetuar a sua ocorrência.

Durante uma consulta médica o pediatra ou o profissional de saúde precisa ficar atento aos sinais de violência em crianças e adolescentes, tentando identificá-lo e buscando perceber casos suspeitos. Desta forma, o profissional necessita ser eficiente na escuta, no exame clínico e no encaminhamento, sendo necessário que o profissional de saúde tenha um olhar diferenciado, para enxergar detalhes e escutas a queixas e dores não faladas.

O abuso sexual tem impactos muito grandes na saúde física e mental da criança e do adolescente deixando marcas em seu desenvolvimento, com danos que podem

persistir por toda a vida. Sua detecção precoce favorece a possibilidade de tratamento e o acompanhamento adequado para minimização das sequelas, onde o envolvimento familiar deve ser levado em conta.

1.2 - Contextualizando o Surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

O ano de 1923, marcou um grande esforço da comunidade internacional em favor dos direitos da criança e do adolescente, com a aprovação pela União

Internacional “*Savethe Children*”, do documento conhecido como Declaração de Genebra, que continha cinco pontos principais básicos da proteção à infância. A década de 1960 foi mundialmente marcada pelo surgimento de inúmeros movimentos sociais em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Isso ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, com a necessidade da mão de obra feminina nas fábricas em que as crianças passaram a viver em situação de abandono, o que explicitou a violência contra criança e adolescente.

No Brasil, esse caminho foi lento, tendo seu início em 1927 com a criação do Código de Menores. No Brasil esse tipo de violência só passou a ser considerada um problema após a Constituição de 1988. Porém, somente em 1989 com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança das Organizações das Nações Unidas (ONU), é que ocorreu uma efetiva transformação das políticas públicas voltadas a essa população, culminando na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No decorrer dos anos essas ações ganharam mais importância junto com caminhada pelos direitos humanos, ganhando força popular. O ECA foi criada no ano de 1990, com o objetivo de proteger e garantir os direitos da criança e do adolescente. A Lei nº8.069/90 art.º 5, 18, 130, 245 e 250, contêm o *caput* do artigo 227 da constituição Federal em que são descritas as principais definições da referida legislação

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (Brasil, 1990)

Este documento é direcionado a proteção da criança e adolescente, definindo deveres e direitos. O Conselho Tutelar é o órgão público municipal, que tem como função zelar por esses direitos, sendo uma de suas principais atribuições atender as crianças e adolescente que tiverem seus direitos ameaçados ou por agressão ou omissão de alguma parte, podendo aplicar algumas medidas, tais como encaminhamento a cursos ou programas de orientação e promoção a família; tratamento especializado; assessoria a prefeitura na elaboração de propostas orçamentárias, com a finalidade de garantir planos e programas de atendimento integrado nas áreas de saúde, educação, cidadania,

geração de trabalho e renda a favor da infância e juventude; encaminhamento de notícia e fatos que constituem infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente.

O Estatuto, através de seus 267 artigos, garante os direitos e deveres de cidadania a crianças e adolescentes, determinando ainda a responsabilidade dessa garantia aos setores que compõem a sociedade, seja por parte da família, do Estado ou da comunidade. Ao longo de seus capítulos e artigos, o Estatuto discorre sobre as políticas referentes à saúde, educação, adoção, tutela e outras questões relacionadas a crianças e adolescentes e punições a autores de atos inflacionais.

2 - Estado e Atuação na Sociedade

O Estado pode ser definido de várias formas, e no senso comum é identificado na maioria das vezes por seu aspecto burocrático, ou pelas subdivisões oriundas do

arcobouço jurídico institucional da sociedade em questão. O Estado assume na visão popular uma dimensão coisificada e distante das reais implicações no conjunto de ações hegemônicas em nossa sociedade. A dimensão do Estado envolve a forma de organizar e distribuir as riquezas produzidas. Muitas dessas ideias são inspiradas no liberalismo, corrente teórica, que concebe a necessidade de se estabelecer uma espécie de contrato entre os homens a fim de frear o instinto de destruição existentes entre eles.

A celebre frase “o homem é o lobo do próprio homem”, que ficou conhecida por estar incluída na obra intitulada *Leviatã*, de autoria de Thomas Hobbes (1651) expressa bem essa ideia. Essa obra discute uma das bases da concepção liberal do Estado moderno, na qual se argumenta que a paz e a união social serão estabelecidas por um “contrato social”, com um poder centralizado que tem autoridade absoluta para proteger a sociedade, criando paz e uma comunidade harmoniosa e civilizada. Nessa concepção o Estado assume uma postura neutra e mediadora dos conflitos entre as partes. É como se o Estado fosse um “ser” dotado de forma própria que “paira” na sociedade, que observa, coage, e vigia a todos.

Por outro lado, autores que se baseiam na concepção Marxista enfocam a divisão de classe na sociedade capitalista, em que o Estado assume os interesses da classe dominante. A natureza humana não é enfatizada aqui no seu aspecto biológico, mas pelas relações históricas e de classe dos indivíduos e sua inserção no meio produtivo. Porém na matriz marxista se observa diferentes vertentes que recolocam o Estado na sociedade sob diferentes pontos de vista. Gramsci, autor Marxista, ressalta a importância da cultura e dos intelectuais na organização da sociedade, para esse autor cultura e política não se separam. É o que discute Mendonça (2012), ao construir o verbete sobre Estado:

“O conceito de Estado ampliado transborda os limites institucionais do Estado tal como entendido pelo senso comum (instituições públicas), identificando as formas pelas quais ele integra a vida cotidiana em seus múltiplos aspectos. Dialeticamente, o Estado ampliado resulta das múltiplas formas de organização e conflito inerentes à vida social”. (Mendonça, S. 2012: 353)

No cotidiano, as ações coercitivas do Estado assumem uma dimensão dramática para o conjunto de trabalhadores, principalmente de classe popular, a violência presente no dia a dia e nas instituições públicas que deveriam proteger, assumem um enfoque cada vez mais coercitivo, buscando eliminar do imaginário social a ideia de resistência. É o que observamos com muita clareza nos territórios chamados de exceção em que impera a ausência de direitos.

“Na exceção soberana trata-se, na verdade, não tanto de controlar ou neutralizar o excesso, quanto antes de tudo, de criar e definir o próprio espaço no qual a ordem jurídico-política pode ter valor. Ela é, neste sentido, a localização (*Ortung*) fundamental, que não se limita a distinguir o que está dentro e o que está fora, a situação normal e o caos, mas traça entre eles um limiar (o estado de exceção) a partir do qual interno e externo entram naquelas complexas relações topológicas que tornam possível a validade do ordenamento”. (...)

(Agamben, 2002: 26)

“A decisão soberana sobre a exceção é, neste sentido, a estrutura político-jurídica originária, a partir da qual somente aquilo que é incluído no ordenamento e aquilo que é excluído dele adquirem seu sentido”. (Agamben, 2002: 27)

A junção da autoridade, da força e da influência contida no Estado, consiste na imposição de leis. O Estado tem autoridade para impor essas leis, que influenciam o cotidiano das pessoas e das instituições econômicas. O Estado possui a força para que essas leis sejam cumpridas e principalmente para punir nos casos em que essas leis sejam transgredidas.

Teoricamente esta instituição possui um monopólio da instituição de leis e da prática da violência, dentro da sociedade civil seria o único agente autorizado a utilizar da violência, ou ser violento contra indivíduos, possuindo dessa forma o único monopólio legitimado dessas ações. Que amplia a violência nas favelas, como na situação do Rio de Janeiro, onde surgiu nos últimos anos, a tentativa de restauração do poder público por meio das Unidades de Polícia Pacificado (UPP).

De maneira geral, o Estado no que tange a política de segurança pública tem se mostrado ainda distante do que deveria ser seu principal objetivo, ou seja, tratar a todos com humanidade, promover e estimular a chamada cultura de paz. Ao contrário,

vem reforçando diante da população o seu papel opressor, principalmente diante da população mais pobre, restringindo-as de seus direitos, como o direito de liberdade de expressão, o de ir e vir, o direito a saúde e educação. O Estado assume nitidamente o seu viés classista em defesa da classe detentora de capital, atua na forma mista, ou seja, Estado máximo, quando lhe convêm e mínimo quando se refere aos direitos sociais. O Estado atual tem o intuito de beneficiar a classe social que mais possui recursos e não de forma justa e igualitária, age com uma política que exclui mais da metade da população, onde a população pobre e negra da periferia é a que mais sofre com esse problema.

2.2 Estado, Violência e Ideologia

A violência pode ser classificada e regulamentada por meio da legislação, no entanto, é fundamental analisá-la diante de um contexto histórico e cultural, pois o que pode ser considerado violência pode mudar em diferentes realidades. A ideologia

dominante produz sentidos e normas mais ou menos flexíveis para essas questões. O ECA e outras medidas tomadas para proteção aos jovens constituem medidas fundamentais, mas que passam por modificações e questionamentos constantes, repletos de ideologia, na qual a sociedade enfrenta seus conflitos. Um exemplo importante é a redução da maioridade penal ocorrida em 2015 no Brasil pela aprovação na câmara dos deputados.

O conceito de Ideologia é amplo, podendo ser considerado do ponto de vista mais geral, como o que seria ou é ideal, no entanto, este termo possui diferentes significados sendo representado pelo senso comum como algo que é ideal, que contém um conjunto de ideias, pensamentos, doutrinas ou visões de mundo de um indivíduo ou de determinado grupo, orientado para suas ações sociais e políticas. O conceito de ideologia está profundamente implicado ao conceito de Estado que discutimos anteriormente. Segundo Chauí (2012), o conceito de ideologia envolve representações e normas que nos levam a agir de uma determinada forma.

“(...) A ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmo o aparecer social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade), por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos “ensinam” a conhecer e a agir.” (Chauí, M. 2012).

Autores como Karl Max e Friedrich Engels, relacionam ideologia ao sistema teórico (políticos, morais e sociais) criado pela classe social dominante. Segundo esses autores a ideologia da classe dominante tem como objetivo manter os mais ricos no controle da sociedade. Para Karl Max (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), ideologia seria “o conjunto de ideias que procura ocultar a sua própria origem nos interesses sociais de um grupo particular da sociedade”. A ideologia pode ser tanto fascista, comunista, democrática, capitalista, conservadora, anarquista ou nacionalista.

Contudo enfocamos no presente estudo a ideologia capitalista, cuja principal força surgiu na Europa durante a expansão comercial e urbana (século XV), ligada ao desenvolvimento da burguesia e visando o lucro e o acúmulo de riquezas. A partir de um olhar político e social encontramos a cultura de violência que está inserida dentro da

ideologia capitalista, onde as pessoas fazem tudo para obtenção de riquezas e poder, sendo este objetivo a principal motivação e base para convivência social e de trabalho, que se torna mediado por disputas e competições e não pela cooperação e compartilhamento, sendo essa a lógica que produz a enorme desigualdade social em que vivemos.

A busca sem limites por mais lucro, gera uma série de ações coercitivas de violência cotidianas e institucionais, tanto por arte do Estado como da família e da sociedade em geral, especialmente para uma parte da população que sofre maiores restrições econômicas e de acesso a direitos sociais. As famílias acabam sendo desestruturadas por causa dessa enorme violência, que se inicia frequentemente, quando os adolescentes e até mesmo as crianças deixam de frequentar a escola por necessidade de trabalhar para sustentar suas famílias, em decorrência de abandono ou desemprego dos pais, abrindo a possibilidade para inúmeras outras violências, como a doméstica. Esse problema pode ocasionar restrição ao desenvolvimento da criança e do adolescente tornando-os mais suscetíveis às crueldades existentes no mundo.

“As medidas legais de proteção e as instituições de acolhimento de crianças e adolescentes representam espaços de enfrentamento a um problema que diz respeito a todos. Resgatando as diferentes formas de se ver a criança no decorrer da história, os marcos legais e a atuação dos poderes públicos e da sociedade no sentido de protegê-la, pode-se contextualizar uma trajetória que, embora tenha acumulado conquistas significativas, ainda tem limites que precisam ser superados pela via da mobilização de uma rede de proteção integral e da efetivação de políticas públicas. (Faleiros, 2007:15)

3. Escola como Acolhimento e Sociabilidade

As escolas são importantes espaços coletivos existentes em nossa sociedade que por meio do ensino formal, possibilitam a qualificação educacional e profissional,

no entanto, o ensino institucional transmite na maioria das vezes, concepções e valores da ideologia dominante da sociedade, com pouca valorização dos conhecimentos populares. Por outro lado, a prática escolar tem demonstrado que os profissionais que trabalham em escolas mediam constantemente situações de conflitos sociais e familiares vivenciados pelos alunos. É o que discute Gonh (2006), ao reiterar a importância da participação nas escolas e da educação não formal para a mudança da sociedade:

“Reiteramos neste texto a perspectiva que aborda a educação como promotora de mecanismos de inclusão social. Entende-se por inclusão as formas que promovem o acesso aos direitos de cidadania, que resgatam alguns ideais já esquecidos pela humanidade, como o de civilidade, tolerância e respeito ao outro; contestam-se concepções relativas às formas que buscam, simplesmente, integrar indivíduos atomizados e desterritorializados, em programas sociais compensatórios. (Gonh, M. 2006: 36).

Entretanto, não é essa a história da instituição escolar em nosso país, em que a palavra escola possui diversos significados. Segundo o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, está palavra significa “um estabelecimento público ou privado destinado a ensino coletivo”, no entanto, o papel desta instituição vai muito além do campo de ensino. A escola tem a função de formar cidadãos éticos, com capacidade para encarar reais condições na vida, oferecendo a jovens e crianças, possibilidade dignidade, educação cidadã e garantia dos direitos humanos que foram conquistados com o decorrer da história pela humanidade.

A escola é um espaço de formação, na qual as famílias delegam a educação formal. Esses espaços são legitimados pela sociedade para esse fim. Assim, existe um certo “respaldo social” no sentido de legitimação da educação compartilhada entre pais e professores, desde a educação infantil até o ingresso no trabalho. Consideramos que além de ensinar matérias didáticas, a escola possui a importante função social de ensinar questões sociais, ou seja, a escola deve possuir um olhar abrangente, buscando diferentes questões que envolvam a vida dos alunos e afetem seu aprendizado. O papel da escola vai muito além de sua concepção institucional, a escola não é apenas um campo de ensino e sim um espaço de convivência cidadã, a escola é um lugar que deve buscar a garantia dos direitos humanos.

A violência é um grave problema social, que está inserida em um campo complexo ligado diretamente à escola, a saúde e a própria família. A violência não é um fenômeno apenas da atualidade, e está inserido na humanidade desde o início, sendo expressas de diferentes formas no decorrer do tempo. Em relação aos jovens, essa violência ocorre na maioria das vezes em locais que deveriam abrigar e proteger as crianças, como a escola ou o próprio lar em que a criança está inserida, esta violência é marcante na vida dos jovens: “as marcas físicas visíveis no corpo deixam um rastro de marcas psicológicas invisíveis e profundas”. Evitar que inúmeros casos de violência se repitam, é uma tarefa árdua envolvendo toda a sociedade, sendo a escola fundamental nessa rede de proteção integral a criança, com uma função social bastante ampliada de proteção e preparação para lidar com conflitos.

Historicamente houve grandes avanços na luta pelo enfrentamento a violência contra criança e adolescentes, porém, essa questão perpassa diferentes entendimentos. No decorrer dos anos o conceito de ser criança teve muitas definições, atualmente se considera crianças até os 12 anos de idades, tendo estas seus direitos e deveres garantido por lei. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1989 garante o direito fundamental em seu desenvolvimento, porém, ainda permanece a necessidade de se continuar lutando, mas é necessária a necessidade da união de representantes de todas as esferas da social promovendo dessa forma um ambiente mais seguro. Diferentemente de hoje as crianças em outras épocas não eram consideradas como um ser em desenvolvimento, assim, como a própria escola, que atualmente tem o papel de proteger e educar a criança, mas que historicamente educava por meio de métodos bastante violentos como as palmatórias e castigos mais severos. Alguns autores ressaltam que no Brasil, “a história da infância é um pesadelo do qual recentemente começamos a despertar”.

Quanto mais conhecemos a história, mais percebemos reduzidos níveis de cuidados com as crianças, e maiores indícios de que pode ter havido no ambiente escolar situações extremas de violência institucional como assassinatos, torturas e abusos sexuais. Essa visão pessimista, conforme discute DeMause (2008), resume a trajetória da história institucional das escolas no Brasil. Essa visão, porém, não pode desconsiderar uma questão fundamental nesse cenário a relação de “poder” e diferenças de classe em nossa sociedade, onde a educação das elites era diferenciada das classes populares, ou seja, as crianças de famílias mais ricas com mais recursos eram educadas

diferentemente das crianças de família mais pobres, esta relação de poder a porta de entrada (início) da violência.

Importante lembrar que o enfrentamento da violência com crianças e adolescentes, só ocorre com maior expressão no Brasil a partir de 1988, quando a violência passa a ser considerada na carta magna. Em 2001 o MS lançou a política nacional de redução da violência, pois anterior a essa data não havia um conceito formal de violência e na área de saúde do país de formulação de políticas que variam de região para região e de época para época. O conceito de violência é um conceito bastante complexo, impregnado de ideologias e polissêmico, ou seja, com mais de uma compreensão em sua descrição.

Atualmente a violência é um grande problema social, que está inserida em um campo de grande complexidade ligada diretamente à escola, à saúde e a própria família. A violência está inserida na humanidade desde seu início, sendo expressa de diferentes formas no decorrer dos tempos. Apesar de se tratar de um assunto atual, se fizermos uma reflexão do passado da humanidade encontraremos registro de violência em diferentes tempos. Conforme discutido anteriormente, a violência está inserida na humanidade há muito tempo e ao longo da história nos deparamos com graves tipos de violência, ocorridas inclusive no interior das escolas. Na atualidade esta concepção vem mudando e a escola é vista como uma importante ferramenta no combate a violência.

“Mais sutilmente, há uma ideia bem diferente de educação que ainda encontra expressão na ideia de listas de conteúdo das disciplinas. É a ideia de que o objetivo primordial da educação é a mera transmissão de conhecimento em diferentes áreas. A ideia de educação como transmissão de conhecimento, com certa razão, tem sido duramente criticada por pesquisadores da área de educação, especialmente sociólogos educacionais (Young, 2007).

3.1 - Origens das Escolas

A palavra “escola” vem do grego “*scholē*”, que significa “lugar do ócio”, originado na Grécia antiga, onde as pessoas frequentavam à escola em seu tempo livre,

para refletir, por isso esse significado. O surgimento da escola inicia-se na Grécia Antiga, onde as crianças eram educadas de informalmente, sem divisão de classes, sendo a frequência a instituição obrigatória apenas para o escravo, por outro lado, à educação na *polis* grega de Esparta era mais parecido a uma instituição militar. O Estado se desfazia daqueles que não alcançavam níveis esperados, havia classes obrigatórias, fortes castigos e modelagem da conduta através da dor e sofrimento. Posteriormente, ocorre o predomínio da educação nas mãos da igreja católica, pelo menos no mundo cristão ocidental.

A escola como conhecemos hoje, nasce no final do século XVIII e princípios do século XIX na Prússia. Com o objetivo de evitar as revoluções que ocorriam na França, os monarcas incluíram alguns princípios do iluminismo para satisfazer o povo, mas mantendo o regime absolutista. O Iluminismo foi uma ideologia contrária ao absolutismo, o direito divino e o mercantilismo, uma vez que essas práticas já não favoreciam mais o desenvolvimento burguês. O absolutismo se caracteriza, entre outras medidas, pela taxa de tributos elevadíssima em boa parte dos casos. Com isso, os burgueses, deixaram de ver no mercantilismo uma opção plausível aos seus novos anseios. Já o Absolutismo é um sistema político de governo em que os dirigentes assumem poderes absolutistas, sem limitações, passando a exercer de fato e de direito, todos os atributos da soberania.

A escola prussiana se baseava na forte divisão de classes e castas, em que sua estrutura, herdeira do modelo Espartano, fomentava a disciplina, a obediência e o regime autoritário. As notícias do bem sucedido modelo educativo navegaram rápido, fazendo que em poucos anos educadores das Américas e Europa visitassem a Prússia para se capacitar. Com o passar do tempo, o modelo se expandiu a nível internacional, onde muitos países, como o Brasil, entre outros, importaram a escola moderna com o discurso de acesso à educação para todos, elevando a bandeira da igualdade, quando justamente a essência do sistema provinha do despotismo que buscava perpetuar modelos elitistas e a divisão de classes.

A escola nasce num mundo positivista², regido por uma economia industrial, busca-se obter os maiores resultados observáveis com os menores esforços e investimentos possíveis, aplicando formulas científicas e leis gerais. A escola era a

² - Doutrina de Auguste Comte (v. comtiano), caracterizada, sobretudo, pela orientação antimetafísica e antiteológica que pretendia imprimir à filosofia, e por preconizar como válida unicamente a admissão de conhecimentos baseados em fatos e dados da experiência; comtismo.

resposta ideal em que os empresários do século XIX capacitavam mão de obra barata, em que esses alunos futuramente virariam trabalhadores, o que favorecia os investimentos, logo essa seria uma excelente forma de investimento para que os empresários aumentassem suas fortunas. Foram esses empresários que financiaram e defenderam a escolarização obrigatória através de suas fundamentações; a educação continua sendo a mesma, uma ferramenta para formar trabalhadores úteis ao sistema e uma ferramenta útil para que a cultura permaneça sempre igual, fazendo com que a estrutura atual da sociedade se conserve.

No século XX a escola se complementou com pesquisas sobre o controle de conduta, proposta de utopias sociais³, a contínua busca pela vida perfeita sem desigualdades sociais. As teorias de superioridade racial estavam presentes e, não era de se estranhar, que os primeiros Estados com o sistema prussiano ou similar, focaram-se na xenofobia (discriminação aos que vem de fora do país) e no nacionalista extremo.

O modelo de produção industrial em linha de montagem era perfeito para a escola. A educação de uma criança era comparável a manufatura de um produto, portanto, requeria-se uma série de etapas específicas, separando as crianças por gerações e graus de escolaridade, trabalhando sobre determinados elementos. O professor tornou-se nessa época quase um encarregado de ensinar uma série de conteúdo, enquanto isso os alunos foram inseridos em uma linha de montagem, onde uma pessoa estaria a cargo de uma pequena parte do processo, insuficiente tanto para conhecer o mecanismo em sua totalidade quanto às pessoas em profundidade. Um docente por ano, por matéria, cada 30 ou 40 alunos, fazendo com que o ensino torna-se quase uma atividade mecânica.

Atualmente ainda se repete em muitas escolas a educação administrativa, “há alunos que chegam professores que dão aula, alunos que se vão, professora que vem e vão no dia seguinte, e se repete o ciclo”. Um professor seria nesta circunstância um funcionário a quem se diz: “o senhor tem que ensinar isto, isto e isto, e desta forma”, logo a educação que seja reflexiva deve ser proibida ao sistema.

³Civilização ideal da sociedade.

A essência da escola prussiana ainda é muito presente na estrutura das nossas escolas. Os exames padronizados, a divisão de idades, as aulas obrigatórias, os currículos desvinculados da realidade, o sistema de qualificação, as pressões sobre os professores e sobre as crianças, o sistema de prêmios e castigos, os horários escritos, a separação da comunidade, a estrutura vertical. Tudo isso continua sendo parte das escolas do século XXI, com base em concepções e valores construídos ao longo dos séculos.

No século XVIII, no despotismo esclarecido⁴ é que se criou o conceito de educação pública gratuita e obrigatória. A educação é muito mais que o direito à escola, os processos educativos permeiam toda a vida das pessoas com diferentes dimensões e fases. No entanto, a educação escolar no Brasil só passou a ser gratuita e obrigatória no ano de 1934, com a nova Constituição Federal, onde a educação passou a ser vista como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelo poder público, concepção presente na constituição:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Brasil, 1988, Art. 205.).

Esta reafirmação da educação como um direito do cidadão e dever do Estado e da família, amplia a definição de educação e do campo de aplicabilidade do princípio do direito. A Constituição Federal adotou em seu artigo 227.A Doutrina da Proteção Integral criada pelas Nações Unidas, que o estabelece um novo *status* em relação à criança e ao adolescente, ao reconhecê-los como sujeitos de direito, implicando em não serem mais tratados como objetos passivos da intervenção da família, da sociedade e do Estado.

“O direito à educação invalida a dicotomia dos direitos humanos que separa os direitos civis e políticos dos direitos econômicos, sociais e culturais, já que engloba todos ao afirmar e afiançar a universalidade conceitual desses direitos negando-se a aceitar que a desigualdade e a pobreza sejam fenômenos contra os que não se pode lutar.” (Sacavino *apud* ONU, 2004, p.15)

⁴ -uma forma de governo adotada pelos reis, neste século como uma alternativa para a Monarquia Absolutista que estava em crise, devido às ideias Iluministas.

Por outro lado, concepções contra hegemônicas de educação buscam fortalecer a ideia de uma educação emancipatória, como a educação politécnica e outras propostas que se baseiam na educação popular. Conforme discute Saviani, D. (2003), nessa perspectiva o ensino e a aprendizagem são vistos não como formas de gerenciamento, indução de regras e valores, ou de treinamento da técnica, mas como uma prática reflexiva e transformadora da sociedade.

Autores como Paulo Freire, considerado em 2012 como patrono da educação brasileira, consideram que a educação deva ultrapassar a lógica de repasse de conhecimentos, avançando para o ensino aprendizagem com base na construção de conhecimentos e valorização dos saberes. Para Freire a educação deve superar a dinâmica em que o professor aparece como o agente indiscutível, cuja tarefa inabalável é "encher" os educadores com o conteúdo de sua narrativa, onde educadores e alunos compartilham seus papéis. O sistema bancário (de transmissão de conhecimentos) não foi criado por acaso, tem o objetivo de treinar os alunos para serem agentes dóceis receber passivamente informações dadas por um superior, e se adequar a uma vida sob o controle de seus opressores.

Para Freire, a libertação do oprimido não pode ser uma educação autoritária, o importante é a "a verdadeira libertação é a humanização do processo" e "não é algo que é depositado sobre os homens" . O autor discute a importância da educação para construção de uma nova sociedade, a partir da problematização e reflexão de experiências cotidianas e não de realidades e soluções estranhas ao seu modo de vida. O método proposto é um plano para a verdadeira libertação do homem em que educadores e educandos devam trabalhar juntos para desenvolver uma visão crítica do mundo em que vivem, questionam o lugar do opressor e do oprimido, em uma perspectiva transformação da realidade.

"A esperança faz parte da natureza humana. Seria uma contradição se, incapaz e consciente do incabamento, primeiro, o ser humano não se inscrevesse ou não se achasse predisposto a participar de um movimento constante de busca e, segundo, se buscasse sem esperança. A desesperança é negação da esperança. A esperança é uma espécie de ímpeto natural possível e necessário, a desesperança é o aborto deste ímpeto. A esperança é um condimento indispensável à experiência histórica.

Sem ela, não haveria História, mas puro determinismo. Só há História onde há tempo problematizado e não pré-dado. A inexorabilidade do futuro é a negação da História".
(Freire, P. 1996)

O método de aprendizagem de Paulo Freire não é meramente reproduzir as palavras e ideias existentes, mas permitir aumentar a consciência da realidade vivida, para ampliar a capacidade de luta pela sua emancipação e ultrapassando uma consciência ingênua ao perceberem a sua situação para a transformação social. O indivíduo que está se formando reflete dentro e fazer sua consciência da luta para transformar a realidade e liberdade da opressão, é nessa perspectiva que se insere a pedagogia do oprimido. Consideradas como uma nova forma de pensamento e mudança cognitiva, cuja importância se manifesta na libertação da opressão que está dentro de consciência do indivíduo. Que deve, por meio de uma aprendizagem sistemática também aprender a lutar para superar as desigualdades existentes em nossa sociedade.

Nos últimos anos tem sido presenciado nas escolas, principalmente nas públicas, muitos tipos de violência. São verificados estupros; violência moral e mental, além de violência física. Esse tipo de situação está presente não só no Brasil, mas também em outros países, inclusive de maior poder econômico, com se observa em noticiários sobre violência em escolas estadunidenses.

4- O Sistema Único de Saúde (SUS) e o Enfrentamento da Violência em Crianças e Adolescentes.

Os serviços de saúde são também instituições que lidam frequentemente com a questão da violência com crianças e adolescentes. Com o Sistema Único de Saúde (SUS) foram desenvolvidas medidas importantes em relação a essa questão. O SUS é

um sistema, composto por muitas partes e, por mais diferentes que pareçam, tem a mesma finalidade, cuidar e promover a saúde de toda a população, melhorando a qualidade de vida dos brasileiros. O SUS surge como resposta à insatisfação e descontentamento existente em relação aos direitos de cidadania, acesso, serviços e forma de organização do sistema de saúde, existente até então e como resultado de lutas sociais na garantia desses direitos. No Brasil nos anos 70 e 80, vários médicos, enfermeiros, donas de casa, trabalhadores de sindicatos, religiosos e funcionários dos postos e secretarias de saúde levaram adiante um movimento, o "Movimento Sanitário", com o objetivo de criar um novo sistema público para solucionar os inúmeros problemas encontrados no atendimento à saúde da população. O movimento orientava-se pela ideia de que todos têm direito à saúde e que o governo, juntamente com a sociedade, tem o dever de criar medidas para alcançar este objetivo.

A Constituição Federal de 1988 determinou como dever do Estado, garantir saúde a todos, criando o Sistema Único de Saúde, que resultou de um processo de lutas, mobilização, participação e esforços desenvolvidos por um grande número de pessoas, como o sistema público, organizado e orientado no sentido do interesse coletivo, e todas as pessoas, independente de raça, crenças, cor, situação de emprego, classe social, local de moradia, a ele têm direito.

As diferentes situações de vida dos vários grupos populacionais geram problemas de saúde específicos, bem como riscos e/ou exposição maior ou menor a determinadas doenças, acidentes e violências. Isto significa, portanto, necessidades diferenciadas, exigindo que as ações da gestão do sistema e dos serviços de saúde sejam orientadas para atender a essas especificidades. No SUS, situações desiguais devem ser tratadas desigualmente, ou seja, baseia-se, no princípio da equidade, sendo este um grande desafio ainda hoje. Mediar, realizar cirurgias, garantir vacinas, promover atenção à saúde aos problemas das mulheres, crianças e idosos, além de combater a dengue e outras doenças. É o princípio de integralidade, ou seja, realizar todas as ações necessárias para a promoção, proteção e recuperação da saúde.

Porém, para ter boa saúde, é preciso ter boa alimentação, habitação adequada, morar num local com rede de esgoto, luz e água, trabalhar, ter um meio de transporte

bom e barato, desfrutar de programas de lazer. Assim, para que as pessoas tenham uma boa qualidade de vida, fazem-se necessárias ações intersetoriais. Esses fatores compreendem “os níveis de saúde da população e expressam a organização social e econômica do país”, ou seja, os indicadores de saúde das pessoas devem ser tomados para medir o nível de desenvolvimento do país e do bem-estar da população.

O Sistema Único de Saúde tem seus serviços administrados pelos governos federal, estaduais e municipais e por organizações cujo objetivo é garantir a prestação de serviços gratuitos a qualquer cidadão. Em locais onde há falta de serviços públicos, o SUS realiza a contratação de serviços de hospitais ou laboratórios particulares, para que não falte assistência às pessoas. Desse modo, esses hospitais e laboratórios também se integram à rede SUS, tendo que seguir seus princípios e diretrizes. O Brasil tem muitas diferenças regionais e para enfrentar esses desafios foram criadas estratégias como a descentralização dos serviços públicos de saúde, repassando responsabilidades diferenciadas aos diferentes municípios, significando uma grande mudança na lógica do sistema

Participação da Comunidade

O controle social, como também é chamado esse princípio, foi regulamentado pela Lei nº 8.142 de 1990. Os usuários participam da gestão do SUS através das Conferências de Saúde, que ocorrem a cada quatro anos em todos os níveis, e através dos Conselhos de Saúde, que são órgãos colegiados também em todos os

níveis. Nos Conselhos de Saúde ocorre a chamada paridade, distribuição percentual de vagas para ocupação nos conselhos e conferências de saúde.

Existem três setores de saúde o Setor Primário - Compreende os locais onde se trabalha prioritariamente com a promoção da saúde, ou seja, postos de saúde, unidades mistas, unidades básicas. O Setor secundário - Prestam cuidados a população em geral atuando na promoção, proteção e recuperação da saúde, como Upas, PAM 24 horas, porém não contam com Unidades de Terapia Intensiva. E o Setor Terciário - São os Grandes hospitais especializados. E também é utilizado o termo mais recente de Setor Quaternário, que compreende os hospitais de Especialidade que são grandes Centros de Referência.

Os serviços de saúde são divididos em níveis de complexidade; o nível primário deve ser oferecido diretamente à população, promovendo a saúde e prevenindo doenças. Os outros níveis do sistema recebem encaminhamentos quando necessário, quanto melhor estruturado o fluxo de referência e contra referência entre os serviços de saúde, melhor a eficiência e eficácia dos mesmos. Cada serviço de saúde tem uma área de abrangência, ou seja, é responsável pela saúde de uma parte da população.

A Lei Orgânica da Saúde (LOS) 8080 de 19 de setembro de 1990 estabelece ainda os seguintes princípios de organização do SUS:

- Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;
- Direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde;
- Divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e sua utilização pelo usuário;
- Utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;
- Integração, em nível executivo, das ações de saúde, meio-ambiente e saneamento básico;
- Conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na prestação de serviços de assistência à saúde da população;
- Capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência; e Organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.

Em relação específica ao enfrentamento das situações relacionadas à saúde das crianças e adolescentes:

“O Sistema Único de Saúde (SUS) recebeu o mandato específico do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para promover o direito à vida e à saúde de crianças e adolescentes, mediante a atenção integral à saúde, que pressupõe o acesso universal e igualitário aos serviços nos três níveis da atenção. Essa tarefa exige o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, a prevenção de doenças e agravos, a atenção humanizada e o trabalho em rede” (Brasil, 2010)

Os direitos de crianças e adolescentes estão certificados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, concretizado na Constituição Federal de 1988, sintetizados no art. 227, que afirma:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, [...], além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (Brasil, 1988)

Após a constituição a criança e adolescente passam a ser reconhecidos com sujeitos de direitos e ganham destaque nas políticas sociais públicas, com status de prioridade absoluta. O SUS dispõe de um conjunto de ações e serviços que visa garantir o acesso de todos à atenção integral de modo equitativo, dessa forma o SUS avançou na consolidação da rede de cuidados regionalizada, hierarquizada e integrada.

“A rede de serviços do SUS constitui-se num espaço privilegiado para a identificação, acolhimento, atendimento, notificação, cuidados e proteção de crianças e adolescentes em situação de violência, bem como para a orientação às famílias, independente de raça/etnia, sexo, diversidade cultural e religiosa, e orientação sexual, dando igual tratamento às pessoas com deficiências, dentre outras peculiaridades. Alguns grupos sociais são mais vulneráveis à ocorrência de violência. Este documento chama a atenção para as especificidades dessas pessoas, buscando alertar os profissionais para vulnerabilidades, riscos e possibilidades de prevenção, cuidados e proteção.” (Brasil, 1988)

Para garantir o que está estabelecido pela constituição de 1998, o SUS criou a linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência, essa linha é uma estratégia, tendo como objetivo alcançar a integralidade da atenção. Este princípio proporciona à atenção a saúde desde a atenção primária até o mais complexo nível de atenção, agindo ainda a interação com os demais sistemas de garantia de direitos, proteção e defesa de crianças e adolescentes.

A notificação compulsória é um registro que obriga e universaliza as notificações, visando o rápido controle de eventos que requerem pronta intervenção. Com a notificação compulsória torna-se mais fácil controlar ou prevenir algumas doenças e permite também a prevenção de maus tratos e abusos sexual contra criança e adolescente, se tornando mais uma ferramenta no combate dessa violência.

4. Análise do Filme “Preciosa”:

Com a finalidade de discutirmos uma abordagem cultural que aborda a ideologia dominante sobre o problema da violência e dos estereótipos e como as concepções sobre o problema se expressam em nossa sociedade, apresentamos uma análise sobre o filme “Preciosa”, por consideramos que o mesmo sintetiza muitas das questões desenvolvidas nesta monografia.

Os seres humanos desenvolvem vínculos afetivos, econômicos e sociais, os quais se desenvolvem gradativamente no decorrer do tempo, entre pessoas que possuem mais afinidades. O desenvolvimento desses vínculos afetivos ocorre dentro de um espaço de convivência, onde os seres humanos desenvolvem ações básicas do seu dia a dia, como no espaço de trabalho, familiar e escolar. Tais vínculos são difíceis de serem explicados, pois existe uma ligação muito forte entre pessoas que vivem em universos diferentes, ou seja, que não há nada em comum e também não pertencem à mesma família mas mesmo assim possuem uma forte ligação inexplicável.

Trazendo isso para o universo escolar, podemos citar o filme *Preciosa*, que relata uma dessas situações, a de *Claireece Preciosa Jones* e de sua professora *Blue Rain*. Preciosa é uma adolescente negra e obesa com 16 anos que sofre uma sequência de abusos durante sua puberdade, violentada pelo pai desde três anos de idade e abusada por sua mãe, que acredita ter “roubado” seu marido. Preciosa cresce sem autoestima e de “cara fechada” para o mundo, se escondendo de todos e de tudo.

O vínculo entre Preciosa e a professora *Blue* acontece quando a aluna é suspensa da escola ao engravidar do seu segundo filho. Preciosa tem uma filha portadora de síndrome de *Down* que é criada por sua avó, tendo o apelido “mon.” (mongolóide). Ao engravidar pela segunda vez é suspensa da escola. Então começa a frequentar uma escola alternativa, onde conhece a professora *Blue Rain*, que lhe ensina a ler e escrever, desta forma ela encontra um meio de fugir da realidade, aprendendo a expor seus sentimentos. Passando para o papel toda a sua dor interna, desabafando, este refúgio possibilita que Preciosa, relatar o abuso para a Assistente Social Sra. *Weiss*, que com a ajuda da sua professora a ajuda a recuperar sua dignidade, levando-a para um abrigo, onde vive primeiramente com seu filho e mais tarde recupera sua filha (ambos os filhos de seu pai), rompendo os vínculos com sua mãe que a culpabilizava pelo fato, maltratando e explorando-a sendo esta uma pessoa extremamente desequilibrada.

Neste filme além do vínculo de Preciosa com a professora *Blue*, também se nota a importância da ligação do campo escolar com o campo da saúde, onde além da ajuda que ela recebe de sua professora também há o apoio da Assistente Social Sra. *Weiss*, fazendo que as duas trabalhem juntas na tentativa de ajudá-la a recuperar sua vida com dignidade, mostrando que nada disso foi culpa dela, e que a mesma foi apenas mais uma vítima das violências física, verbal e sexual, onde sua vida foi roubada a partir

dos três anos de idade sendo devolvida somente aos seus dezesseis anos, quando ela é retirada de sua casa e colocada em um abrigo recuperando a guarda de sua filha.

Quando já está no abrigo ela descobre que é portadora do vírus HIV, sendo transmitido pelo seu próprio pai, o culpado da violência sexual, o que causa grandes restrições em Preciosa, como a amamentação de seu filho. A relação com sua mãe também é de sérios conflitos, como já mencionados. Acima, mais o principal motivo desses conflitos ocorre no momento em que a mãe de Preciosa culpa a própria filha de ter roubado seu marido, com essa culpa posta em Preciosa a mãe passa a odiar a filha de forma inacreditável, passando a maltratá-la filha e a restringindo a de coisas fundamentais para o crescimento de uma criança/adolescente. Preciosa passar a ser empregada de sua mãe tendo que cozinhar e cuidar da casa, além de ter que sustentar o vício de sua mãe; com isso passa a mentir para a Assistente Social, essa situação só termina com a descoberta do fato pela sua professora e pela Assistente Social.

Infelizmente essa realidade vivida pela personagem é a mesma para muitas outras crianças e adolescente, esse filme nos faz refletir sobre como estamos tratando nossos semelhantes, como a educação é falha, nos mostra que infelizmente nem sempre estar com a família significa estar em segurança. No enredo do filme aos poucos vai sendo evidenciado que o filho que está esperando é resultado de uma relação incestuosa com seu pai e que as relações de violência sexual, às quais foi submetida desde os três anos de idade, podem provavelmente ter originado motivações para a negligência por parte da mãe, que nutre um ódio doentio contra a filha, pois acredita que a adolescente desde criança seria concorrente nas relações com o pai.

A personagem é expulsa da escola e matriculada em uma escola alternativa para garotas com problemas sociais. Lembrando que a adolescente, além de estar grávida pela segunda vez, era praticamente uma analfabeta funcional. Ainda no contexto familiar a protagonista do filme, mesmo que de forma bem rápida, encontra a figura de sua avó materna, uma pessoa que se mostra como sendo a representação do amor, carinho e segurança e que cuida da primeira neta, sem, no entanto, ter força suficiente para acolhê-la. O segundo ambiente apresentado no filme é a sala de aula da escola alternativa, local em que a personagem principal tem a oportunidade de pensar e apropriar-se de sua realidade, tendo como facilitadora uma professora que presta

acompanhamento individual às dificuldades oriundas da história de vida das alunas tutoradas.

Essa atenção individual prestada pela professora com as alunas e o que dá os meios necessários para que Preciosa reorganize e se instrumentaliza para enfrentar sua realidade que, além das dificuldades uma dura dinâmica familiar, inclui analfabetismo funcional, desemprego, baixa auto - estima, AIDS, dois filhos para sustentar. Todos esses fatores alicerçados em uma personalidade que inicialmente estava completamente imersa nas situações traumáticas das quais emanava constantemente, como os abusos sexuais por parte do pai.

O Filme nos proporciona um terremoto que faz desmoronar as falsas fantasias ligadas ao ambiente familiar como a célula da sociedade, local de acolhimento, amor e carinho. Tudo que não é percebido, ou melhor, é negado á Preciosa. A face grotesca das relações familiares apresentada durante o filme nos faz refletir o quanto pode ser aterrador alguns ambientes familiares.

No Brasil, ao se buscar em nossos ordenamentos jurídicos algumas Leis mais recentes que serviriam como amparo para situações nas quais ocorressem violências como as descritas pela história poderia citar-se o Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei Maria da Penha. O Estatuto, caso realmente fosse obedecido, teria papel imprescindível para a prevenção de situações como estas e a consequente quebra de todo um ciclo da violência e a Lei Maria da Penha como mecanismo e meio reparador para a situação de violência já instaurada. A proteção estatal dos Estados Unidos, local em que desenvolve essa história, não foi capaz de garantir seus direitos. O filme é muito impressionante, pois nos remete a uma realidade que se esconde em vários lares: o abuso sexual infantil. E apesar de ser uma obra de ficção retrata com fidedignidade esta cruel realidade. O horror do incesto, desamor materno e a grande resiliência da adolescente são marcantes e a reflexão oriunda da obra nos faz imaginar a possibilidade de tais cenas ocorrerem em situações reais.

Mecanismos de prevenção e proteção social, tais como as citadas leis são fundamentais para que essas situações não continuem acontecendo. Em curto prazo podemos citar os CREAS (Centro de Referência Especializada da Assistência Social) e os CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e outros órgãos responsáveis por promover meios para o empoderamento e melhoria da qualidade de vida e defesa de

direitos. A atuação desses órgãos deve vir alicerçada pela compreensão de que um problema social isolado afeta a comunidade como um todo.

Considerações Finais

O abuso sexual de criança e adolescente faz parte da realidade de todos os países, entretanto este assunto ainda se encontra como um tabu em muitas sociedades. Assim, este trabalho é importante a fim de buscar sensibilizar sobre o assunto,

contribuindo para mudar valores existentes em nossa sociedade. Este trabalho buscou explicar o que é a violência sexual, como e onde ela acontece, além de discutir a importância de algumas instituições diante deste problema, como o caso da escola, do Estado e da saúde, buscam refletir sobre quais são as contribuições dessas instituições e como elas podem prevenir esta violência. Buscamos analisar alguns artigos e alguns textos que se referem a este assunto, os quais contribuíram para que chegássemos a algumas conclusões que explicitamos a seguir:

A rede de proteção social de direitos das crianças e adolescente visa fortalecer o sistema garantia de direitos, do qual a educação faz parte, e consiste na integração, em sintonia com a sociedade civil e por meio da intersetorialidade, Das políticas públicas na área de educação, saúde, segurança, assistência social, atendimento jurídico, entre outras. E as escolas e instituições de saúde são importantes no enfrentamento do problema, já que lidam cotidianamente na prevenção e descoberta dessa violência em criança e adolescente. Porém, diferentemente do que muitas pessoas pensam o papel da escola não é apenas de transmitir orientações disciplinares, o papel da escola vai muito, além disso, pois além do conhecimento formal também existe o conhecimento informal, conforme discutido no texto citado da autora Maria da Glória Gohn. A educação formal, a qual é transmitida pelas escolas, é regida por leis, nela se encontra muito mais do que apenas os conhecimentos didáticos, uma vez que o trabalho realizado envolve professores e alunos. Este trabalho é difícil, uma vez que envolve uma série de diferenças entre professores e alunos e alunos com alunos, tanto pessoais quanto nas relações estabelecidas no ambiente escolar.

Além do conteúdo passado em sala de aula, o professor também precisa estar atento para entender o modo de agir dos alunos, pois em muitas situações a criança/adolescente através de seu comportamento reflete o que vive em suas casas. Nessas circunstâncias os professores devem compreender seus alunos e se perceberem que os jovens estejam sofrendo alguma violência, o professor junto com a escola possui a difícil missão de retirar aquela criança/adolescente dessa situação, mais sem expor a criança/adolescente para que não cause nenhum constrangimento. É neste momento que o Sistema Único de Saúde entra em ação, o SUS tem a obrigação de amparar a vítima e sua família, oferecendo todo o tratamento necessário para a recuperação tanto da vítima quanto de sua família. Além dessa medida é necessário e fundamental que a queixa seja

dada na delegacia mais próxima para que o agressor venha a ser responsabilizado. No caso do ECA o conselho tutelar deve ser notificado.

Essa exposição da vítima á violência pode provocar muitos danos, sendo eles físicos e/ou psicológicos, com tudo há um lado “**propositivo**”, tendo a vítima vivido todo esse processo ela acaba amadurecendo, criando uma nova forma de viver, de encarar a realidade, enfim uma nova forma de olhar o mundo, porém cada vítima tem sua forma de encarar o fato. Essas vítimas necessitam de tratamentos adequados para que venham superar o acontecimento, e aos poucos reconstruir sua vida. Embora os agressores devam/merecem julgamento é preciso entendê-los, por mais incompreensível que seja, pois na maioria das vezes o agressor também já foi vítima, o que não dá a ele o direito de reproduzir o problema.

Com isso os agressores necessitam de um tratamento específico, além da punição e da justiça, caso ele se recupere deve ser inserido em um programa de controle para que não venha fazer novas vítimas, sendo afastados de crianças e adolescentes já que estes são mais vulneráveis. Entretanto, essa questão de ver o agressor com outros olhos, e não o de julgá-lo, mas de tentar entende-lo é muito difícil, pois pode vir à lembrança do que ele fez com a vítima, alterando totalmente sua vida, a rotina e o seu ser, podendo não haver retorno de sua vida anterior, provocando nelas grandes sequelas, levando muitas das vezes até ao suicídio. Isso causa indignação, raiva, ódio, vontade de fazer justiça com as próprias mãos, porém não se acaba com violência com violência, pois o que gerou todo esse fato foi a violência.

Durante uma visita o profissional deve ficar atento, pois muitas vezes a criança não relata que está sofrendo a violência, pois com frequência são levadas para a consulta médica pelo próprio abusador, inibindo a criança deixando-a sem alternativa, por isso em uma consulta médica o profissional possui o dever de ficar atento para os sinais dado pelas crianças e para as expressões não verbais.

O Estado também é responsável por esse tipo de violência, uma vez que este deixa de cumprir o seu papel abrindo mão da justiça e da igualdade. O Estado ao deixar de exercer o seu papel na parte social e política torna a população mais vulnerável, buscando outra opção, achando desta forma o caminho da violência indo no caminho oposto a cultura de paz. É nesse momento que crianças/adolescente encontram o caminho da violência, deixando de praticar a cultura de paz. Essas crianças /adolescentes amadurecem antes do tempo.

Contudo é de tamanha importância nos juntamos para o enfrentamento dessas violências, junto com as instituições de proteção a crianças e adolescentes, uma vez que estes trabalham para a prevenção e proteção da criança e adolescente, garantindo que estes tenham uma vida digna e favorável para o seu desenvolvimento, diante disto todo esforço realizado neste trabalho é de tremenda gratidão. Este trabalho foi realizado para chamar a atenção sobre o assunto e tentar achar uma solução para minimizar esse problema, sendo de muita importância só o fato de ter conseguido elaborar esse trabalho e fazer com que ele funcione como um mecanismo de prevenção para esse tipo de violência.

Algumas Notas sobre o Assunto

Campanhas:

- Campanha 18 de maio, dia nacional de luta contra o abuso e a exploração sexual-juvenil. Este dia foi instituído pela lei federal nº9970/200 por caracterizar o dia de luta nacional de combate ao abuso e a exploração sexual, em consequência da morte da menina Araceli Santos, vítima de sequestro e estupro.
- Campanha “doe sua voz” denuncie a violência contra a criança e adolescente, essa campanha é uma iniciativa da comissão Estadual e interinstitucional de enfrentamento à violência contra a criança e adolescente.



Disponível em ; <<http://www.direitolegal.org/>>

Esta imagem está ligada diretamente tanto ao filme “Preciosa”, como em relação à realidade de algumas crianças e adolescente no mundo atual, em que uma menina é representada por uma marionete e nela também vemos uma tesoura cortando as linhas que seguram essa marionete. Trazendo a imagem para o mundo real podemos associar que esta menina/boneca seria uma criança, e as cordas seriam alguns direitos ou órgãos que deveriam proteger as crianças. Essas cordas quando cortadas significam que algum direito foi retirado ou que algum órgão deixou de cumprir seus direitos, como no filme onde a mãe de Preciosa deixou de cuidar de sua filha retirando dessa forma um direito de sua filha o qual a família deve zelar e cuidar da criança e não as maltrata, ou melhor, rouba seus direitos ou em alguns casos como no filme sua vida. Daí vem à importância de todos trabalharem em equipe no intuito de proteger e zelar pelas crianças e adolescente do nosso país, pois caso algum órgão ou a própria família falhem, outro pode suprir essa necessidade evitando maiores problemas e trabalhando assim para autonomia futura desses jovens.

Referências Bibliográficas

Agamben, G. 1942- Estado de exceção. tradução de Poleti. I - Sao Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de sitio). Disponível em:
http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/estadodeexcecao_giorgio_agamben.pdf
acesso em 13 de janeiro de 2016.

Amazarray, M. R.a & Koller, S. H.: Algum aspecto observado no desenvolvimento de crianças vítima de abuso sexual.

Psicol. Reflex. Crit. Vol.11 n.3 Porto Alegre 1998.

Disponível em < http://www.sielo.br.php?script=sci_artteXt&pid=s0102-797. Acesso em 15 de dez. de 2015

Bezerra, M., Abuso sexual infantil – Criança x Abuso sexual.

Documento produzido em 29-08-2006

Disponível em < <http://psicologia.com.pt>>

Brasil, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

Brasil. Ministério da Saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília.

Disponível em <<http://www.eca.org.br/eca.htm>>>. Acessado em 30/10/2014.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção á saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília. 2009. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cultura_paz_saude_prevencao_violencia.pdf
>>. Acessado em 16/10/2014.

Brasil. Ministério da Saúde, Impacto da violência na saúde das crianças e adolescente. Brasília-DF 2009

Brasil. Ministério da Saúde, Por uma Cultura da Paz a Promoção da Saúde e a Prevenção da Violência. Brasília-DF 2009

Cabral, C.& Maia, E: o SUS e a rede de garantia de direitos: Estado da Arte sobre as Publicações Científica Concernentes á Implantação de Serviços de Acolhimento a Crianças e Adolescente Vítima de Violência. *Mudanças-psicologia da Saúde*, 20(1-2), Jan-Dez 2012,81-88p.

Chauí, M. Convite a filosofia. Ed. Ática, São Paulo, 2012.

Daniels, L. Filme Preciosa – Uma História de Esperança. EUA. Playartepictures. EUA, Videocassete (1h49m.), 2010.

Faleiros, V. e Faleiros, E. Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007, edição eletrônica:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=638-vol-31-escqprotege-elet-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192

Freire, Paulo *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura). Acesso em: 20/01/2015
WWW. forumeja.org. BR/files/Autonomia.pdf

Gohn, Maria da Gloria: educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.

Ensaio: aval. Pol. públ. Educ., Rio de janeiro, v.14, n.50, p.27-38, jan/mar.2006.

Mendonça, S. Verbete Estado. In Roseli Salette Caldart, R., Brasil, I., Alentejano, P., Frigotto, G.. (org.). Rio de Janeiro, EPSJV, Expressão Popular, 2012.

Saviani, Dermeval: o choque teórico da politecniã.

Trabalho, educação e saúde, um (1): 131-152, 2003.

Sacavino, S. Direito humano à educação no Brasil: uma conquista para todos/as?

Disponível In

http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/27_cap_3_artigo_05.pdf .

acesso em 8 de jan de 2016.

Young, Michael: Para Que Servem As Escolas?

Educ.Soc., Campinas, vol.28, n.101, p.1287-1302, set./dez. 2007

Disponível em< <http://www.cedes.unicamp.br> . acesso em 08 de novembro de 2015